

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: ESTUDOS E INDAGAÇÕES SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Denise Nascimento de Araújo

¹ Doutoranda, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Multiletramentos, Educação e Tecnologias (GEPLET) com Pesquisa ancorada na Linha de Pesquisa IV (Educação, Currículo e Processos Tecnológicos) e intitulada “Política de Educação (em Tempo) Integral: o lugar dos letramentos plurais no currículo do ensino fundamental”. Atua como Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Salvador.

Resumo

Este estudo versa sobre currículo e educação em tempo integral. Consiste em diálogo com os autores Pacheco (2001), Apple (2006), Silva (2010), Sacristán (2013) e Young (2013) com objetivo identificar categorias para análise do currículo da educação em tempo integral no município de Salvador/BA. Levando em consideração as atuais políticas educacionais voltadas para educação em tempo integral, instituídas a partir da Lei Federal 14.640/2023, os estudos curriculares apresentam-se como imprescindíveis em tais discussões. A história da educação integral no Brasil não surge com essa legislação, onde as principais experiências concentram-se na década de 1950, com Anísio Teixeira e a criação de uma de suas obras mais conhecidas, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola Parque), na região da Liberdade, em Salvador/BA, que surge com o propósito de oferecer ensino regular, atividades artísticas e esportivas, alimentação e assistência à saúde para crianças de baixa renda, servindo como modelo para a educação integral no país. Salvador começa a estruturar a política a partir do Programa Mais Educação, principal ação federal indutora da educação integral no Brasil. Nesse sentido, a partir de uma abordagem qualitativa e de pesquisa bibliográfica, o artigo evidencia categorias identificadas nos textos em referência, expõe a organização curricular para educação em tempo integral na cidade de Salvador/BA e aponta caminhos para a sua análise, ao entender que este é um campo específico de tensões, de disputas, de interesses.

Palavras-chave: Currículo, Educação em Tempo Integral, Política Municipal.

Introdução

A discussão sobre currículo na educação em tempo integral apresenta-se como constante no cenário educacional brasileiro atual e a conexão desses dois campos, neste estudo, se justifica pela relevância desses domínios na contemporaneidade, especialmente por considerarmos a ampliação do tempo escolar diário como alargamento de oportunidades educativas.

Levando em consideração as atuais políticas educacionais voltadas para educação em tempo integral, instituídas a partir da Lei Federal 14.640/2023¹, os estudos curriculares apresentam-se como imprescindíveis em tais discussões. A história da educação integral no Brasil não surge

¹ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Escola%20em,Art. Acesso 18 NOV 2025.

com essa legislação. As principais experiências concentram-se na década de 1950, com Anísio Teixeira e a criação de uma de suas obras mais conhecidas, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola Parque), na região da Liberdade, em Salvador/BA, que surge com o propósito de oferecer ensino regular, atividades artísticas e esportivas, alimentação e assistência à saúde para crianças de baixa renda, servindo como modelo para a educação integral no país.

Como ação municipal, a década de 1990 foi um marco para o início da oferta de escolas em funcionamento em tempo integral em Salvador, também chamadas na ocasião de “Escolas de Referência”, mediante parcerias com diferentes instituições que ofertavam educação em período então conhecido como “contraturno”, em que eram realizadas atividades de música, arte, meio ambiente, de acordo com a experiência de cada uma delas, além de apoio à aprendizagem, apoio psicossocial e médico a seus estudantes (Araújo; Nery, 2023). Como política de educação de tempo integral, Salvador começa a esboçar a partir da adesão, em 2008, ao Programa Mais Educação-PME, principal ação federal indutora da educação integral no Brasil no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por meio da Secretaria Municipal de Educação - SMED, a prefeitura aderiu ao PME e de maneira gradativa amplia a oferta nas Unidades Escolares da cidade (Araújo; Nery, 2023).

Com a publicação do Decreto nº 23.772/2013², que determina a elaboração de plano para implantação de aluno de tempo integral, a SMED implanta, oito escolas de tempo integral orientadas por Matrizes Curriculares que previam a ampliação e organização do tempo escolar. Em consonância com o Plano Nacional de Educação-PNE, Lei 13.005/2014³, o município de Salvador publica o seu Plano Municipal de Educação (Lei nº 9.105/2016)⁴, que prevê também na sua Meta 6: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 70% (setenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica”. A Portaria nº 053/2017⁵, instituiu que a oferta de Educação Integral em Tempo Integral nas escolas da Rede Pública Municipal do Salvador ocorreria em turno único, onde a apropriação do conhecimento por meio do currículo preconizava articular conteúdos escolares e saberes da comunidade. A materialização do turno único, deu-se a partir da publicação na mesma Portaria de versão da Matriz Curricular (principal documento de orientação curricular na Rede Municipal de Ensino de Salvador -RMES), com atualização em 2025 pela Portaria 074/2025⁶.

Em se tratando de currículo, a questão central que serve de pano de fundo para qualquer estudo, na área educacional, é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. Silva (2010) afirma que o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai construir precisamente o currículo.

² Disponível em http://www.dom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9 . Acesso 18 NOV 2025.

³ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso 18 NOV 2025.

⁴ Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2016/911/9105/lei-ordinaria-n-9105-2016-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-de-salvador-e-da-outras-providencias>. Acesso 18 NOV 2025.

⁵ Disponível em <https://www.escavador.com/diarios/429184/DOMSSA/P/2017-02-18?page=6> Acesso 18 NOV 2025.

⁶ Disponível em http://www.dom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7939 Acesso 18 NOV 2025.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo consiste em a partir do diálogo com os autores Pacheco (2001), Apple (2006), Silva (2010), Sacristán (2013) e Young (2013) identificar categorias para análise do currículo da educação integral no município de Salvador/BA. A partir desse objetivo, trazemos para discussão as contribuições dos textos em análise e apresentamos nossas compreensões.

Feitos esses esclarecimentos, passamos a detalhar os passos desse estudo. O primeiro movimento consistiu na seleção dos textos de referência para aprofundamento teórico e identificação das categorias que nos auxiliaram na compreensão do currículo em questão. Cabe elucidar nesse detalhamento, que a origem da discussão surge na disciplina Educação, Currículo e Processos Tecnológicos - ECPT⁷, que apresenta como proposta compreensão dos diferentes processos de produção de sentido, em suas versões curriculares no trato com o saber, o conhecimento e com os Processos Tecnológicos, considerados como processos criativos e transformativos. Dessa forma, nos debruçamos sobre parte das referências base da disciplina como aporte teórico do nosso estudo.

Os textos escolhidos foram: “Currículo: teoria e práxis”, Pacheco (2001); “Ideologia e Currículo”, Apple (2006), “Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo”, Silva (2010); “Saberes e incertezas sobre o currículo”, Sacristán (2013); “Teoria do Currículo: O que é e por que é importante”, (Young, 2013).

Como categorias de análise da política elegemos conceito, aspectos ideológicos, prática situada nas quais construímos uma síntese conceitual importante para o próximo movimento que consistiu na análise dos dois principais documentos orientadores para a Rede Municipal de Salvador: “Referencial Curricular de Educação Integral em Tempo Integral - Nossa Rede Salvador⁸” e a “Portaria 724/2025” que define a estrutura curricular e organização do funcionamento das unidades da Rede Pública Municipal de Ensino do Salvador, da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Integral e Educação de Jovens e Adultos.

Ao ler cada um dos documentos, com atenção direcionada às categorias identificadas nos textos de referência, começamos a identificar os desdobramentos que nos interessavam para a compreensão da política municipal de educação (em tempo) integral.

Questões Curriculares: primeiras indagações

A literatura nos aponta que como campo de estudos e como conhecimento especializado, ainda não existe um acordo sobre o que efetivamente significa currículo. A primeira indagação apresenta-se justamente sobre a ausência de conceitualização, considerando sua diversidade de funções, perspectivas, bem como sua imprecisão, muitas vezes referindo-se à programas educativos geralmente desenvolvidos em instituições formais de ensino. Nesses espaços, podemos observar duas definições que por vezes se contrapõem, a primeira, um

⁷ Disciplina optativa ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade-PPGEduC, vinculado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

⁸ Disponível em https://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2024/01/referencial_de_educacao_integral_em_tempo_integral_janeiro_2024.pdf. Acesso 18 NOV 2025.

plano formal que especifica finalidades e a segunda, como um processo de aplicação do referido plano. Nesse sentido,

Integram-se na 1ª perspectiva as definições que apontam para o currículo como o conjunto de conteúdos a ensinar (organizado por disciplinas, temas, áreas de estudo) e como o plano de ação pedagógica, fundamentado e implementado num sistema tecnológico; na 2ª perspectiva, lugar para as definições que caracterizam o currículo como um conjunto de experiências educativas e como um sistema dinâmico, probabilístico e complexo, sem uma estrutura determinada (Pacheco; 2001, p. 16).

Ainda segundo Pacheco (2001) o lexema currículo, proveniente do étimo latino, *currere*, significa caminho, jornada, trajetória, percurso a seguir encerra, por isso, duas ideias principais: uma de sequência ordenada, outra de noção de totalidade de estudos. Portanto, podemos não conceitualizá-lo, mas sim percebê-lo como uma construção cultural, uma prática situada, um modo de organizar um conjunto de práticas educacionais humanas influenciadas por ações de ordem política, administrativa, de produção de meios, de produção intelectual todas em evolução histórica permanente e não uma mera prescrição de conteúdos a serem desenvolvidos sem relação histórico-social.

Como construção social historicizada, não podemos nos afastar da ideia de que a educação, e suas instituições, representam um mecanismo pelo qual o poder se mantém ou é enfrentado. O modo como estão organizadas ou controladas, tem relação direta de disseminação ou manipulação aos recursos culturais, econômicos e ao poder. Assim, precisamos investigar rigorosamente a forma e o conteúdo do currículo, as relações em sala de aula e as maneiras como conceitualizamos as coisas com expressões culturais de determinados grupos, em determinadas instituições, em determinada época. Além disso, é importante perceber que, embora nossas instituições de ensino de fato disseminem valores ideológicos e conhecimento, também ajudam a reproduzir uma espécie de conhecimento como mercadoria necessária para manter arranjos econômicos, políticos, culturais (Apple, 2006).

Como tentativa de conceitualização, afastamo-nos da ideia de “seleção de conteúdos” ou mesmo “técnicas de ensino” e nos aproximamos da concepção de currículo como uma construção permanente de práticas, com um significado marcadamente cultural e social, e um instrumento obrigatório para análise e melhoria de decisões educativas (Pacheco, 2001). Ao mencionar práticas, pontuamos a convergência dos aspectos administrativos, políticos, econômicos, sociais, pedagógicos, todos com responsabilidades distintas, porém compartilhadas. No que tange à perspectiva pedagógica, é inegável a necessidade de priorização de determinados aspectos do passado, sem perder a necessidade de compreensão do presente e em que sujeito/sociedade desejamos formar.

Proporcionar uma ordem por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino, se consolidou ao longo da história moderna, como uma construção útil para organizar aquilo do qual deve se ocupar a escolarização e aquilo que deverá ser aprendido e ensinado. A prescrição deixa de ser “o plano, o currículo”, na medida que é interpretada e adotada pelos professores com práticas concretas. O currículo real deve ser constituído pela proposição de um plano ou texto que é público e pela soma dos conteúdos das ações que são empreendidas cotidianamente

com o intuito de influenciar os estudantes, o ensino desse plano. No entanto, é importante pensar no que tudo isso produz, seus efeitos, no coletivo ao longo da trajetória escolar.

Sacristán (2013) aponta que o currículo desempenha uma função dupla – organizadora e ao mesmo tempo unificadora – do ensinar e do aprender, por um lado, e, por outro, cria um paradoxo, devido ao fato de que nele se reforçam as fronteiras (e muralhas) que delimitam seus componentes, como por exemplo, a separação entre as matérias ou disciplinas que o compõem. E ainda

O currículo determina que conteúdos serão abordados e, ao estabelecer níveis e tipos de exigência para os graus sucessivos, ordena o tempo escolar, proporcionando os elementos daquilo que entenderemos como desenvolvimento escolar e daquilo que consiste no progresso dos sujeitos durante a escolaridade. Ao associar conteúdos, graus, idades dos estudantes, o currículo também se torna um regulador das pessoas. Por tudo isso, nos séculos XVI e XVII, o currículo se transformou em uma invenção decisiva para a estruturação do que hoje é a escolaridade e de como a entendemos. (Sacristán; 2013, p. 18)

Nossas reflexões partem do reconhecimento de que uma política educacional curricular se traduz predominantemente na luta de poder e a tensão em conquistá-lo, mantê-lo e ampliá-lo compõe o contexto dos conflitos que ganham espaço na relação entre as demandas sociais por educação e o posicionamento do Estado diante dessas demandas (Souza, 2017). Compreendemos Políticas Públicas como intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas (Giovanni; Nogueira, 2018), onde situações problemáticas são aquelas que vão além das estruturas dos órgãos do Estado e aproximam-se da participação de agendas públicas propostas pelo coletivo da sociedade e as intervenções estatais vistas como fatos complexos, impossível de serem vistos como momento meramente administrativo. Dessa maneira,

... a política pública passa a ser tratada como uma forma de exercício do poder em sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre Estado e sociedade. E é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais sentidas e as modalidades da intervenção estatal. Em sua determinação, pesam, diferentes aspectos da economia, da estrutura social, do modo de vida, da cultura e das relações sociais. Trata-se de uma intervenção estatal, de uma modalidade de regulação política e de um expediente com o qual se travam lutas por direitos e distribuição. (Giovanni; Nogueira, 2018, p. 19)

As políticas nem sempre são claras e frequentemente estão abertas a múltiplas interpretações. Bowe, Ball e Gold (1992) destacam que as políticas são “textos negociados”, pois, ao serem escritos, refletem compromissos e concessões feitas durante o processo de influência política. Muitas vezes, os textos políticos contêm ambiguidade deliberada para permitir maior flexibilidade na implementação ou para apaziguar interesses conflitantes. Isso resulta em políticas que podem ser aplicadas de maneiras diferentes, dependendo de como os atores interpretam o texto.

Nesse sentido, pode-se ver também o currículo numa dimensão política da educação, ou seja, como um instrumento que reflete quer as relações sempre existentes entre escola e sociedade, quer os interesses individuais e os de grupo, quer ainda os interesses políticos e os ideológicos, etc.

... ele (o currículo) se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas pois, dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes. Esse instrumento e sua potencialidade se mostram por meio de seus usos e hábitos, do funcionamento da instituição escolar, na divisão do tempo, na especialização dos professores e fundamentalmente, na ordem da aprendizagem. Esse poder regulador ocorre - é exercido - sobre uma série de aspectos estruturantes, os quais, juntos com efeitos que são provocados por outros elementos e agentes, impõem suas determinações sobre os elementos estruturados: elementos ou aspectos que são afetados. (...) Os denominados conteúdos estão sujeitos a essa rede de determinações e nela incluídos (SACRISTÁN; 2013, p. 20)

Reiteramos que o currículo não é apenas uma lista neutra de conteúdos. Ele expressa escolhas – e toda escolha envolve poder: o poder de decidir o que é importante aprender, o que fica de fora, como se ensina, quem avalia e como se avalia. Reflete interesses sociais, culturais, políticos e econômicos. Favorece determinadas visões de mundo. Reproduz desigualdades existentes — ou pode contestá-las.

Toda proposta curricular é uma construção social historicizada, portanto, para compreendê-la devemos considerar o contexto socio-histórico-econômico de elaboração e implementação. Iniciar qualquer análise de escolarização aceitando sem questionar, ou seja, como pressuposto, uma forma e conteúdo de currículo debatidos e concluídos em situação histórica particular e com base em outras prioridades sociopolíticas, é privar-se de toda uma série de entendimentos e *insights* em relação a aspectos de controle e operação da escola e da sala de aula. É assumir como dados incontestáveis as mistificações de anteriores episódios de controle. Deixemos claro, estamos nos referindo à sistemática “invenção da tradição” numa área de produção e reprodução sociais – o currículo escolar – onde as prioridades políticas e sociais são predominantes (Pacheco, 2001, p. 27).

Do mesmo modo, de produção e reprodução sociais, a Rede Municipal de Ensino de Salvador prescreve seu currículo para educação em tempo integral fundamentalmente por meio de dois documentos base: “Referencial Curricular de Educação Integral em Tempo Integral - Nossa Rede Salvador” e a “Portaria 724/2025”, ambos objeto de nossa reflexão.

Currículo na RMES: Que sentidos apontam os documentos orientadores?

Sobre educação, Teixeira (2009) nos aponta que há educação e educação. Há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é formação do homem livre e sábio. Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. Afirma ainda que a educação faz-nos livres pelo conhecimento e pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver ao máximo os nossos poderes inatos.

E é com o próprio Anísio Teixeira que a ampliação do tempo escolar para classe trabalhadora no Brasil tem suas principais experiências datadas a partir década de 50, com a criação da Escola Parque (BA), seguidas por outras experiências, os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs (RJ) e os Centros Educacionais Unificados- CEUs (São Paulo). A manutenção da jornada ampliada tem sua história marcada por ausência de investimentos financeiros significativos e descontinuidade de ações. Como ação indutora para elaboração de políticas estatais de tempo integral, em 2007 é lançado o Programa Mais Educação – PME, no segundo

governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de ampliar a jornada escolar para oferecer educação em tempo integral, com atividades diversificadas para além das matérias constantes na base comum curricular. Indubitavelmente este programa gerou diversos impactos no contexto histórico em que foi implementado, influenciando diretamente a organização pedagógica das escolas e a forma como as políticas educacionais passaram a ser direcionadas.

Nesse movimento a Prefeitura Municipal de Salvador adere em 2008 ao Programa e inicia sua trajetória para elaboração da política municipal de tempo integral. Somente em 2013, a política assume novas demarcações com a publicação do Decreto Municipal nº 23.772/ 2013, instituindo, formalmente, a figura do aluno de tempo integral. A proposição da normativa ampliou para a implantação da concepção de Educação Integral em Tempo Integral, idealizando uma formação mais abrangente e integrada.

A perspectiva pedagógica do PME esteve presente durante muito tempo nas práticas das escolas que passaram a ampliar a sua jornada diária, tendo durante muitos anos o “Manual Operacional da Educação Integral”⁹ como seu principal referencial curricular. Na tentativa de criar uma identidade municipal para a oferta, foram publicadas algumas Matrizes Curriculares que durante muito tempo foram a principal orientação para a comunidade escolar. Porém, em 2017, através da publicação da Portaria nº 053, ficou definida a estrutura curricular e o funcionamento de todas as unidades escolares, abrangendo diferentes etapas (com as especificidades) e modalidade de ensino, atendidas no município. No ano de 2025 foi feita atualização dessa legislação com a publicação da Portaria 724¹⁰, que em seu Artigo 1º pretende “Definir a Estrutura Curricular e organização de funcionamento da Educação Infantil, as Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental, Educação Integral e Educação de Jovens e Adultos das unidades da Rede Pública Municipal de Salvador.”

Considerando as categorias elencadas nos textos de referência (conceito, aspectos ideológicos e prática situada), observamos que a Portaria concebe em seu Artigo 24 o currículo como “projeto educativo integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária mediante desenvolvimento de atividades...”. No entanto, não fica evidenciado que projeto educativo se pretende, a que ele está integrado e como devem ser desenvolvidas as atividades mencionadas, afastando-se assim da perspectiva de currículo como um todo organizado em função de questões previamente planejadas, do contexto em que ocorre e dos saberes, atitudes, valores, crenças que os intervenientes trazem consigo, com a valorização das experiências e dos processos de aprendizagem (Pacheco, 2001).

No que se refere às questões ideológicas, destacamos no Artigo 27, parágrafo 1º que “Nos Anos Iniciais, o turno único compreende 10 (dez) tempos diários (hora-aula) de 50(cinquenta) minutos, totalizando 50(cinquenta) tempos semanais, com os períodos de alimentação dos intervalos nos turnos matutino e vespertino acompanhados pelo professor.” É preciso reconhecer que o campo do currículo tem suas raízes no controle social. No século XX essa ideia destacou-se nos Estados Unidos, em especial na comunidade empresarial com intenção

⁹ Disponível em

https://www.fnde.gov.br/phocadownload/fnde/legislacao/resolucoes/2013/manual%20mais%20educacao%202013_final%20fnde.pdf Acesso 25 NOV 2025.

¹⁰ Disponível em http://www.dom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7939 Acesso 25 NOV 2025.

sobretudo de crescimento industrial. A rotina do trabalho começa a ser impressa no ambiente escolar, desde a organização do tempo com atividades pré-definidas (muitas vezes sem possibilidade de alteração pelos estudantes), associação das atividades escolares ao “trabalho das crianças”, punição por comportamentos não previstos nas “regras escolares”, além das jornadas com tempos determinados para cada atividades, aprendizagem de comportamento socializado, tolerar ambiguidade e desconforto em aceitar arbitrariedade na orientação de suas atividades. Habituar-se com longos “turnos produtivos” mostra-se como um excelente conteúdo oculto para preparação ao mercado de trabalho, dentre outras. Apple (2006) ilustra uma experiência na educação infantil, que reitera nossa afirmação:

... o trabalho inclui toda e qualquer atividade dirigida pelo professor; apenas atividades realizadas durante o recreio eram chamadas de ‘brincadeiras’ pelas crianças. As atividades como colorir, desenhar, esperar na fila, ouvir histórias, assistir a filmes, higienizar-se e cantar eram chamadas de trabalho. Trabalhar, então, era fazer o que lhes mandavam fazer, independentemente da natureza da atividade envolvida. (...) todas as atividades de trabalho, e apenas elas, eram compulsórias. (...). Todas as escolhas permitidas durante os períodos de trabalho ficaram circunscritas aos limites de procedimentos uniformemente aceitos.” (Apple; 2006, p. 93)

Observamos nessa experiência a obrigatoriedade na realização das atividades de “trabalho”, com determinação de horários para sua realização, bem como a simultaneidade na sua execução com conclusão em tempo específico. Dessa forma, as crianças pequenas recebem sua primeira iniciação à dimensão social do mercado de trabalho, dos significados do que é conhecimento importante e não importante, de trabalhar e de brincar, de normalidade e de desvio, que residem nessas experiências.

No que tange as Atividades Pedagógicas/Optativas, a legislação orienta que devem ser eleitas pela Unidade Escolar, tomando como critério o interesse do estudante e as atividades constantes na Matriz Curricular, conforme Figura 1:

Figura 1: Anexo VI da Matriz Curricular: Atividades Pedagógicas / Optativas

ANEXO VI

COMPONENTES CURRICULARES – ATIVIDADES PEDAGÓGICAS/OPTATIVAS

EIXO	ATIVIDADE PEDAGÓGICA/OPTATIVA
COMUNICAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO
	PRODUÇÃO TEXTUAL
	EDUCOMUNICAÇÃO
	JOGOS MATEMÁTICOS
	JOGOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO
	INICIAÇÃO CIENTÍFICA
	LÍNGUA ESTRANGEIRA (OPTATIVA)
PRÁTICAS ESPORTIVAS	BRINCADEIRAS E JOGOS
	ESPORTES DE REDE/QUADRA
	ATLETISMO
	CAPOEIRA
	GINÁSTICA
	LUTAS
	XADREZ
ARTES	DANÇAS
	ARTES VISUAIS
	TEATRO
	MÚSICA
EDUCAÇÃO CIDADÃ	INICIAÇÃO À FILOSOFIA
	INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS
	EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
	ÉTICA E CIDADANIA
	CULTURA BAIANA

FONTE: Portaria 274/2025

Em análise, observamos a organização das atividades em Eixos, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica¹¹. Esse mesmo documento destaca que a Parte Diversificada deve enriquecer e complementar a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, aproximando e associando dessa forma os conhecimentos historicamente construídos por diferentes povos e em diferentes tempos saberes às vivências e histórias locais. Salienta ainda que a base comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes. Nesse sentido, o município avança com a proposição de um turno único (Artigo 23), sem hierarquia de saberes entre a base comum e sua parte diversificada, ambas classificadas como igualmente importantes (Artigo 26).

O estudo da Portaria, em especial do Anexo VI, nos mostra uma possibilidade de organização curricular que considere as áreas do conhecimento com diversidade que possibilite o desenvolvimento de aspectos intelectuais, afetivos, físicos, sociais e políticos. No entanto, não nos aponta caminhos para o entrelaçamento dos mesmos de maneira didática, indicando consulta a outros documentos emitidos pela SMED. Assim sendo, seguimos nosso estudo com

¹¹ Disponível em <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/diretrizes-curriculares-nacionais-2013.pdf> Acesso 28 NOV 2025.

a análise do Referencial Curricular de Educação Integral em Tempo Integral – Nossa Rede Salvador.

Publicado em dezembro de 2023, o Referencial é concebido pela equipe técnica da SMED no ano de 2019 com a abertura de Processo Administrativo (licitação)¹² para contratação de instituição contemplando as seguintes ações: elaboração do Referencial Municipal para Educação Integral; capacitação para os profissionais que atuam na educação integral da RME nas escolas em funcionamento em tempo integral e em jornada ampliada e formação em serviço das equipes técnicas (SMED e Gerências Regionais-GRs), visando o fortalecimento da Política de Educação Integral da Rede.

A Instituição vencedora do Edital, constrói juntamente com a equipe técnica da SMED Plano de Ação que em seu objetivo geral propõe estabelecer os requisitos, condições e diretrizes pedagógicas conceituais, técnicas e administrativas para a implementação e consolidação da Política de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Salvador, através da formação continuada dos profissionais que atuam no segmento e a construção colaborativa do Referencial da Educação Integral. Essa decisão aponta para uma construção estudada na relação com as condições e sujeitos históricos e sociais em que se produzem as suas diversas realizações concretas e na ordenação particular do seu discurso (Pacheco, 2001) ou seja, a construção do documento foi marcada pelo diálogo entre os diferentes sujeitos atuantes, em distintas posições, com seus também distintos olhares e percepções.

Já na introdução, o documento propõe

“considerar o currículo não na sua dimensão instrumental ou como listas de habilidades e competências a serem cumpridas nas escolas, mas como uma prática social, uma disputa que implica escolhas sobre um projeto de ser humano, de cultura e de sociedade que se pretende construir. Concebe-se currículo como um espaço de afirmação e luta pelos direitos essenciais, face à exigência de um Estado responsivo às necessidades educacionais e sociais. Dessa forma, há o reconhecimento de que este documento vislumbra horizontes emancipatórios, compromisso coletivo de uma Educação Integral guiada pelo ideal de construção de uma sociedade mais justa e democrática. (Nossa Rede Salvador; 2023, p. 07)

Esclarece ainda, que o documento foi construído a partir de acompanhamentos às unidades escolares (nos diferentes territórios, incluindo continente e ilha), diálogos com professores, gestores, equipes administrativas e equipes técnicas no intuito de compreender as realidades e necessidades e traduzi-las sob a forma de proposição curricular rumo ao fortalecimento da Política de Educação Integral em tempo integral no município. O documento está organizado em 8 (oito) capítulos, a saber: 1. Introdução; 2. Salvador e a educação integral em tempo integral: de Anísio Teixeira aos dias atuais; 3. Educação integral: concepções e marcos legais; 4. Salvador como território educativo; 5. Referenciais para educação integral em tempo integral em Salvador: uma proposta em construção; 6. Orientações curriculares da educação integral em tempo integral da Rede Municipal da Educação de Salvador; 7. Poder público: aspectos da gestão; e 8. Considerações Finais. Para esse estudo, nos deteremos ao Capítulo 6.

¹² Processo 2873/2019, publicado no Diário Oficial do Município nº 7894. Disponível em http://www.dom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6644. Acesso: 29/NOV/2025.

O texto aponta para as potencialidades da ampliação do tempo escolar, uma vez que possibilita contato estendido com atividades escolares organizadas com base na formação integral de sujeitos ativos na vida social. Além disso, dialoga e articula com outros documentos relevantes que legitimam etapas importantes da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II), considerando suas especificidades, seus diferentes e diversos contextos sociais e as desigualdades de condições das realidades das infâncias brasileiras/soteropolitanas. Coloca em posição de protagonismo os saberes docentes e sua interpretação dos documentos legais, onde segundo Sacristán (2013) a qualidade do conteúdo que se torna realidade é o resultado de um processo de jogo de perspectivas entre a qualidade cultural e pedagógica dos professores e a dos textos e demais materiais como fontes de informação.

Mesmo considerando os avanços na abordagem, sobretudo ampliação da perspectiva do tempo integral para uma educação integral, observamos que há uma repetição do previsto em outros documentos oficiais¹³, o que a nosso ver, não atende ao proposto no Capítulo que são orientações curriculares para a oferta. Por fim, enfatiza a Matriz Curricular como documento orientador da escola e indicador do currículo escolar (p.134), descrevendo as ementas de cada componente curricular.

Compreendemos que o conhecimento do currículo é especializado (produzido por especialistas nas áreas do conhecimento (Young, 2013) e elaborado para grupos específicos de aprendizes e precisa levar em consideração suas expectativas, necessidades e conhecimentos anteriores. Desse modo, faz necessário pensar na necessidade de recontextualização (Bernstein, 2003), que se refere ao modo como os elementos do conhecimento disciplinar são incorporados ao currículo, ponderação não vista no texto.

Algumas Considerações

A recente política federal de educação em tempo integral, Lei nº 14.640/2023, retomou fortemente a discussão sobre educação integral em todos os entes federativos. Faz-se necessário resgate histórico da trajetória da oferta no Brasil, seus entraves e potencialidades. No caso do município de Salvador, essa trajetória inicia-se da década de 90 e ainda carrega inúmeros obstáculos: estruturais, financeiros, de formação pedagógica, no entanto, as questões curriculares ainda se apresentam como um enigma de difícil resolução. Os documentos oficiais, principal orientador da prática escolar, apontam para um currículo disciplinar, ancorado em uma Matriz extensa e que condiciona os filhos e filhas da classe trabalhadora em rotinas, tempos e modos voltados ao mundo do trabalho. Além disso, o diálogo com os autores evidencia a necessidade de aprofundamento sobre os estudos curriculares e reflexão crítica sobre seus limites e possibilidades

¹³ Os documentos mencionados e parcialmente reproduzidos são: Referencial Curricular Municipal Para Os Anos Iniciais e Finais Do Ensino Fundamental; Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil; Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Referências

- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARAUJO, D. N. de; NERY, Z. C. de C. A educação integral no município de Salvador: reflexões sobre o decênio 2010-2020. In: SANTOS, Cláudia Pinto; MOLL, Jaqueline (orgs.) *et al.* **Educação Integral, Territórios e Compromisso: experiências e reflexões da Bahia para ajudar a pensar o Brasil**. Jundiaí: Fibra/Edições Brasil, 2023.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- Bernstein, B. (2003). **A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização**. *Cadernos De Pesquisa*, (120), 75–110. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/504>
- GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Unesp. 2018
- Lei 16.640/2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Escola%20em,Art. Acesso 18 NOV 2025.
- PACHECO, José Augusto. **Currículo: teoria e prática**. Porto, Portugal: Editora Porto, 2001.
- SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto . Alegre: Penso, 2013
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- SOUZA, Ângelo R. de. **A política educacional e seus objetos de estudo**. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 75–89, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10450>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 4ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- YOUNG, Michael. **Teoria do currículo: o que é e por que é importante**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190-203, jan./mar. 2014